

*Explorando e defendendo: Brasil, Argentina, Uruguai e o Atlântico.  
As riquezas do Atlântico Sul e as estratégias dos países sul-americanos para  
manutenção e proteção do território*

*Alana Camoça Gonçalves de Oliveira e Gabriela Figueiredo Netto*

**Vínculo Institucional:** Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e  
Universidade de São Paulo – USP

**Resumo:**

O Atlântico Sul está recuperando sua relevância no cenário internacional após descobertas de reservas petrolíferas e minerais existentes na região. Outrossim, a região é uma área estratégica para o Brasil que está investindo no pré-sal e em pesquisas. Além disso, é uma região de crucial importância para o Uruguai e a Argentina que estão investindo no Atlântico Sul, seja para fins de preservação ambiental, exploração petrolífera ou defesa do território. Logo, objetiva-se estudar tanto as potencialidades energéticas presentes no Atlântico Sul, assim como também serão avaliadas as ações conjuntas dos países supracitados para a autonomia e defesa da região, com ênfase no caso brasileiro

**Palavras-chave:**

Atlântico Sul – Brasil – América Latina – Ações conjuntas

**Abstract:**

The South Atlantic region is recovering its relevance in the international arena after great discoveries of oil and mineral reserves in the area. Furthermore, the region is a strategic area of Brazil, that is investing in researches and in the pre-salt resources. Moreover, it's also a meaningful and important area for Uruguay and Argentina, because these countries are also investing in the South Atlantic, with programs of environmental conservation, oil exploration and defense. Therefore, this study focuses the potential resources presents in the South Atlantic and the joint actions of the three countries to defend and create a possibility of autonomy in the area. This work will give a special emphasis on the Brazilian case.

**Key words:**

South Atlantic – Brazil – Latin America – Joint action

## Introdução

No passado, o Atlântico Sul representou um importante eixo econômico mundial; entretanto, o deslocamento deste eixo dinâmico para o Oceano Pacífico no fim do século XIX acarretou na gradativa perda de importância da região ao longo dos anos. Porém, o Atlântico Sul está recuperando sua relevância no cenário internacional após descobertas de importantes jazidas de petróleo e gás natural, tanto na Amazônia Azul brasileira quanto na costa oeste da África, e também devido a intensificação da cooperação entre Brasil e países da África Sul Atlântica. Outrossim, as grandes potencialidades minerais presentes na região ganharam um papel fundamental frente a crescente demanda mundial de recursos naturais. (COSTA, 2012; FIORI et al, 2012).

Com isso, problemas relacionados à questão da segurança, tais como a presença militar americana e inglesa na região, degradação ambiental, pesca predatória, o tráfico de drogas e de armas e o aumento dos episódios de pirataria no Golfo da Guiné e no Delta do Níger, reiteram a necessidade de arranjos de segurança internacional para a região que incluam os países latino-americanos, principalmente o Brasil e a costa africana para defesa do território (FIORI et al, 2012).

Nos últimos anos houve a tendência de um incremento na geopolítica<sup>1</sup> de defesa do Brasil, em que o país vem buscando ampliar seus mecanismos de segurança no Atlântico Sul. Desse modo, o Brasil coopera com seus vizinhos da América do Sul com o objetivo de manter a estabilidade na região e manter seus interesses; assim

<sup>1</sup> Geopolítica pode ser definida de várias formas tanto no campo da ciência política como das relações internacionais. Para o presente artigo, entendemos geopolítica como “o ramo autônomo da ciência política que tem por objeto de estudo as relações e mútuas interações entre o Estado e sua geografia” (MELLO, 1999: p 74)

como esses vizinhos também possuem interesse na região em questão. Diante disso, objetiva-se estudar a cooperação e os mecanismos de defesa implementados pelo Brasil, Argentina e Uruguai relacionado ao Atlântico Sul. Para tanto, a primeira parte do trabalho retrata a importância do Atlântico Sul no cenário internacional. Em seguida, será explorado os mecanismos de defesa e segurança do Brasil, da Argentina e do Uruguai; e por fim serão observadas as atuações conjuntas em prol da defesa do Atlântico Sul.

### 1. O Atlântico Sul e sua importância Geopolítica

Nota-se, diante da expansão da economia mundial e a necessidade de recursos estratégicos para o desenvolvimento e para a sobrevivência dos países, que a questão dos recursos minerais presentes na encosta sul-americana do Atlântico Sul são cruciais para entender o tabuleiro mundial. Observando a questão da energia e dos recursos naturais e minerais para o desenvolvimento dos países, é imprescindível discorrermos a respeito do pensamento de Klare (2009a;2008b; 2009) e Le Billon (2004) para sustentarmos teoricamente o presente artigo sobre a importância dos recursos presentes no Atlântico Sul. Segundo Klare (2008b) olhando para os Estados Unidos, é possível observar a estratégia norte-americana para futuros conflitos em detrimento de bens que devem se tornar escassos. Segundo o relatório Pentágono sobre as capacidades militares da China de 2006, a questão dos recursos energéticos aparece como um possível propulsor futuro de algum conflito, o que poderia ser um problema para os interesses dos EUA (MARES, 2006: p.3). Ainda assim, nota-se que no caso chinês temos atualmente a disputa regional entre a China, Taiwan e Japão sob o controle das ilhas Senkaku que já se apresentaram ricas em recursos minerais estratégicos (BORGES, 2014: p.2). Apresenta-se também que não é somente a China e os EUA que visam recursos energéticos; a Índia, a Rússia, Japão e Coreia do Sul são outros exemplos de países que precisam do petróleo para a movimentação da economia.

Assim, relacionando com a temática dos mares que pretende ser estudada nesse presente artigo, segundo Klare (2008a):

Expectativas de crescimento cada vez maiores e o aumento da competição pelos recursos, junto com a escassez, podem servir como motivação para que as nações façam cada vez mais reclamações de soberania sobre parcelas cada vez maiores do oceano, das vias fluviais e dos recursos naturais, e de tudo isso podem resultar potenciais conflitos.

Como um fator importante na geopolítica mundial, Le Billon (2004) estuda a importância dos recursos naturais. O autor discorre que os recursos naturais se tornaram o principal fator econômico para a eclosão de muitas guerras no contexto do pós Guerra Fria. Esses recursos, como por exemplo madeira e diamantes, tiveram um papel significativo nos conflitos entre pelo menos 20 países durante os anos 1990. De acordo com o autor, isso não significa que as guerras foram basicamente financiadas ou motivadas pelo controle de recursos naturais, mas que esses recursos foram importantes figuras nas agendas econômicas desses países.

A partir dos argumentos de Klare (2008a; 2008b; 2009) e Le Billon (2004), podemos observar que ambos os autores configuram os recursos naturais e minerais como importantes atores na geopolítica mundial. Os recursos acabam se tornando possíveis potencializadores de uma guerra entre países, principalmente pelo fato da presente importância na agenda econômica dos países. Por isso, a discussão da presença dos recursos naturais no Atlântico Sul e a inserção de uma cooperação em segurança entre os países é de fundamental importância para a literatura.

O Atlântico Sul compreende quatro grandes arquipélagos e ilhas de tamanhos diferentes, assim como diversas nacionalidades. A costa africana se estende de Guiné-Bissau ao Cabo, compreendendo dezesseis países. Já na costa americana sua extensão é de 9.000 km e aborda

Brasil, Uruguai e Argentina. (FIORI et all, 2012; BROZOSKI, 2013). O litoral brasileiro tem mais de 7.500km e praticamente todos os Estados costeiros têm sítios portuários naturais (PENNA FILHO, 2013). A costa uruguaia detém muitas riquezas naturais principalmente na Punta Del Este, onde a Petrobrás, inclusive, já tem uma parte de blocos que lhe permite explorar petróleo e gás natural. A Argentina tem uma posição estratégica com relação a Antártica e disputa a soberania das Ilhas Malvinas e das Ilhas Geórgia e Sandwich do Sul com a Grã-Bretanha (FIORI et all, 2012; BROZOSKI, 2013).

O Atlântico Sul foi o grande elo de comunicação e transporte no período escravistas, entre os séculos XVI e XIX. Atualmente o Atlântico Sul continua sendo a grande área de conexão entre a América do Sul e a África, sendo a principal rota de comércio para o Brasil, Uruguai e Argentina. Além das novas reservas de petróleo no pré-sal brasileiro e angolano, também existem reservas na plataforma continental argentina e já foram comprovadas reservas de petróleo *offshore* em outros países africanos como Nigéria, Congo e São Tomé e Príncipe, por exemplo. O território do Atlântico Sul corresponde a cerca de 20% da produção mundial de petróleo, e segue em constante crescimento devido a descobertas na região (COSTA, 2012).

Também existem no Atlântico Sul crostas cobaltíferas, nódulos polimetálicos (contendo níquel, cobalto, cobre e manganês), sulfetos polimetálicos (contendo ferro, zinco, prata, cobre e ouro), além de depósitos de diamante, ouro e fósforo, entre outros minerais relevantes. E também na Antártida, já foram identificadas grandes fontes energéticas e minerais (FIORI et all; 2012: p. 133).

Assim, podemos entender o que Klare (2008b) aponta em sua obra a respeito dos recursos naturais, pois como o Atlântico Sul é uma área dotada de recursos naturais, sobretudo de petróleo e gás natural devido as recentes descobertas de reservas, a região representa uma área de

potencial rivalidade. Por isso a importância dos países por elas banhados, tanto do lado sul americano, como na encosta africana, de protegerem e se articularem conjuntamente para afastar a presença de atores indesejáveis no entorno do Atlântico Sul.

In the meantime, the struggle for control over key deposits of vital raw materials has gained participants almost by the month as Brazil, Indonesia, Malaysia, South Korea, Turkey, and other rapidly developing nations joined the fray. The resulting "Great Game" over energy, with all its potential for rivalries, alliances, conflicts, schisms, betrayals, and flash points, will surely be a pivotal if not the central—feature of world affairs for the remainder of this century. (KLARE, 2008b: p.87).

## 2. Defesa e importância do Atlântico Sul para países selecionados

### i) **Brasil**

Golbery, no contexto da Guerra Fria, apontava que o Brasil desempenhava um papel marginal na confrontação Leste-Oeste, mas entendia que atores regionais poderiam liderar na defesa em suas regiões. Refletindo sobre a inserção do Brasil na lógica do embate da Guerra Fria, Golbery apontava a necessidade de assumir uma responsabilidade de defesa do subcontinente e do Atlântico Sul, projetando-se internacionalmente, para além do âmbito regional (COUTO E SILVA, 1967). Ainda hoje, é de grande relevância a preocupação do governo brasileiro com o Atlântico, pois esse traria "facilidades de comunicações interoceânicas pela presença de inúmeras ilhas que servem de base de apoio aéreas e navais que permitem a projeção para países da América Latina, África e também para a Antártida" (COSTA, 2012).

Hoje, cerca de 95% do comércio internacional brasileiro transita por essas águas, uma movimentação superior a US\$229 bilhões por ano (IPEA, 2011; BROZOSKI,

2013; PENHA, 2009; FIORI et all, 2012). Ademais, 90% da produção de gás e petróleo do país são realizadas na plataforma continental e 75% da produção de gás do Brasil são advindos dessa região (IPEA, 2011; FIORI et all, 2012).

Observando o Brasil como potência na região sul-americana, o Brasil domina dinâmicas de segurança da região, sendo proativo e atuante nos Conselhos de Defesa e nos mecanismos de segurança tanto do Atlântico Sul como na América do Sul como um todo. O protagonismo exercido pelo Brasil na criação da Unasul e do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) viabilizam a atuação mais forte do Brasil e apontam a vontade do governo brasileiro de buscar uma conciliação de agendas e aumento de políticas integracionistas de defesa de territórios (FUCCILLE, REZENDE, 2013).

O Plano Nacional de Defesa (PND) de 2005 e a Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2008 apontaram pela primeira vez na história o conceito de "entorno estratégico"<sup>2</sup>; para tanto, o Atlântico Sul, a América do Sul, Antártica e a África Subsaariana são áreas que devem ser protegidas e vislumbradas pela estratégia de defesa brasileira. De acordo com a END (2008), o Ministério da Defesa e as Forças Armadas tem como objetivo estreitar parcerias estratégicas com países do Atlântico Sul nas áreas cibernética, espacial e nuclear, e também no intercâmbio militar com as Forças Armadas dos outros países.

---

<sup>2</sup> A definição de entorno estratégico segundo Fiori (2013) se refere a região geográfica onde o Brasil deseja irradiar sua influência e sua liderança diplomática, econômica e militar. Segundo o PND (2005), "o subcontinente da América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a massa do subcontinente e incluiu a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países limítrofes da África".

Desde 2009, o governo brasileiro está investido na criação de um satélite e num sistema de radar chamado "Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul", que busca controlar e monitorar o patrulhamento nas áreas de exploração de pré-sal brasileiro (ABDENUR, NETO; 2014). Ainda assim, o Brasil, também em 2009, assinou com a França um acordo para a construção de uma nova frota de submarinos convencionais e nucleares, a previsão de entrega é a partir de 2021 (FIORI et all, 2012). Além disso, o governo brasileiro, juntamente com a ABC, firma acordos com países da África, mandando soldados, equipamentos, aviões e também incentivando treinamentos militares, abrangendo acordos nas áreas tanto de defesa, como de combate ao tráfico de drogas e a pirataria (OLIVEIRA; NETTO, 2014).

A estratégia brasileira consolida sua participação e seu domínio do território marítimo através de programas não tradicionais de projeção de poder com o desenvolvimento de políticas públicas que incentivam a pesca, pesquisas científicas e atividades turísticas (FIORI et all, 2012). O governo brasileiro juntamente com a Marinha, criou ao longo dos anos programas institucionais como: LEPLAC<sup>3</sup> (Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira); REVIZEE<sup>4</sup> (Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva); REMPLAC<sup>5</sup> (Recursos Minerais da Plataforma

Continental); PROANTAR<sup>6</sup> (Programa Antártico Brasileiro); e outros.

Essas atividades contribuem para a inserção internacional do Brasil, assim como, permitem o desenvolvimento socioeconômico nacional por meio do uso sustentável dos recursos minerais, tendo relevância político-estratégica do país na região. Um dos principais projetos é a exploração de crostas cobaltíferas na Elevação do Rio Grande e de sulfetos polimetálicos na Cordilheira Mesooceânica do Atlântico Sul.

O PROAREA (Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial) se constitui, na prática, uma extensão do (...) REMPLAC, e sua implementação, em áreas distantes do litoral e a grandes profundidades, demanda navios, equipamentos e pessoal qualificado para a realização de pesquisa em profundidades que podem atingir 6.000 metros, o que contribuirá para que o País exerça a liderança dessas atividades nas águas internacionais do Atlântico Sul. (VIII PLANO SETORIAL PARA OS RECURSOS DO MAR, 2012, p. 22).

## ii) **Argentina**

O Livro Branco de Defesa da Argentina (2010) caracteriza o Atlântico Sul como Zona de Paz e Cooperação, identificando a relevância da região devido a competição mundial por recursos naturais, no campo energético e alimentar. O governo argentino disputa com a Inglaterra o controle das Ilhas Malvinas<sup>7</sup> e das Ilhas

<sup>3</sup> Programa do Governo Brasileiro, instituído por Decreto em 1989, cujo objetivo é estabelecer o limite exterior da Plataforma Continental além das 200 milhas da Zona Econômica Exclusiva, em conformidade com os critérios estabelecidos pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (MARINHA DO BRASIL, 1989).

<sup>4</sup> Desde 1994 quando o Brasil assinou a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, o REVIZEE avalia as biomassas e os potenciais de captura sustentáveis dos recursos vivos dentro da ZEE brasileira. (MARINHA DO BRASIL, 1994).

<sup>5</sup> Criado em 1997, avalia a potencialidade mineral da Plataforma Continental e pesquisando a potencialidade dos recursos minerais e

traçando informações associadas ao levantamento da plataforma continental. (MARINHA DO BRASIL, 1997)

<sup>6</sup> Programa da Marinha do Brasil, que tem presença no continente da Antártica e coordena a pesquisa e dá apoio operacional para a pesquisa na região desde o verão de 1982/83. (MARINHA DO BRASIL, 1982)

<sup>7</sup> A Ilha esteve sob domínio argentino no período de 1820-1833, quando foi tomada por ingleses. Durante a Guerra das Malvinas em

Atlânticas de Geórgia e Sanduíche do Sul. As ilhas detêm jazidas importantes de recursos naturais e estima-se que haja grande quantidade de petróleo *offshore* (IPEA, 2011). Para tanto, o Canal de Beagle e o Estreito de Drake são objetos de particular relevância para a Argentina, visto que representa a única opção para que barcos de grande porte alcancem o Oceano Pacífico pelo Sul (VAZ, 2011: p.66).

Nas Ilhas Malvinas encontram-se, permanentemente, um navio patrulha e um navio escolta britânico e, eventualmente, um submarino (PENNA FILHO, 2013). Tanto a atuação inglesa, como a forte presença de poder bélico nas ilhas da região não condizem com o interesse dos países banhados pelo Atlântico Sul.

Na Bahía Branca, em Buenos Aires, foi construída a base Armada Puerto Belgrano, que possibilita a projeção da frota de guerra Argentina para o Atlântico Sul. Outrossim, durante os meses do verão são implementados escudos de apoio as atividades marítimas em águas próximas da Terra do fogo, do setor antártico, dos portos do litoral e das zonas econômicas. Pois, nesse período o tráfego de navios aumenta no Atlântico Sul devido a pesca, o turismo, os cruzeiros e as atividades na antártica.

Com relação a Antártica, existe também o Comando Conjunto Antártico (COCOANTAR), criado em 1969, que é uma política do Ministério da Defesa Argentina e a política nacional Antártica, que articulam um comando operacional para planificação, direção e atividades logísticas na região, apoiando as investigações científicas nacionais e internacionais na região (LIVRO BRANCO DA DEFESA ARGENTINA, 2010: p.154). Outrossim, o governo argentino já lançou iniciativas de cooperação em defesa com países

1982, o território voltou a ser argentino durante um período curto de tempo. Todavia, com a vitória inglesa, as ilhas voltaram para posse do Reino Unido. Em 1982, a Argentina alegou que as Ilhas Malvinas deveriam ser incorporadas ao seu território, pois com a independência em 1822, teriam direito ao território que antes pertencia à Espanha.

africanos, principalmente com a Nigéria<sup>8</sup> e a África do Sul<sup>9</sup> (ABDENUR; NETO, 2014).

Recentemente, no início de 2014, o governo argentino lançou o projeto Pampa Azul, trata-se de uma ação nacional que busca promover inovações para a exploração sustentável de recursos naturais e desenvolvimento de indústrias para “fortalecer a consciência marítima da sociedade argentina e respaldar com informação e presença científica soberania do país no Atlântico Sul” (Ministério de Ciência e Tecnologia e Innovacion Productiva; 2014)

### iii) Uruguai

O Livro Branco de Defesa do Uruguai foi lançado em 2014, apresentando diversas questões pertinentes para a posição do Uruguai diante do mundo e do continente americano, citando a região do Atlântico Sul como uma zona essencial à sua defesa estratégica, explicitando que um de seus interesses estratégicos é proteger a presença do Estado uruguaio no continente Antártico, tendo em vista a base científica “General Artigas” desde 1984. Segundo o documento, no âmbito regional o governo uruguaio entende como necessário o estabelecimento de um esquema latino americano idôneo para a preservação da paz e da segurança que seja baseado na cooperação e na defesa.

<sup>8</sup> Em 2012, o secretário argentino realizou umareunião com representantes da Nigéria para cada país expor suas linhas de defesa e trocar conhecimentos. Ver mais em: <http://www.prensa.argentina.ar/2012/07/27/32707-argentina-y-nigeria-compartieron-sus-visiones-sobre-la-defensa.php>

<sup>9</sup> Desde 2010, a África do Sul e a Argentina cooperam nos assuntos de Defesa, como por exemplo, busca e resgate no Atlântico Sul, cooperação em questões militares, intercâmbio de representantes militares, e outros. Ver mais em: <http://www.esafr.mrecic.gov.ar/userfiles/MOUCooperaci%C3%B3n-defensaEsp.pdf>

Ainda assim, o governo uruguaio compreende que o Conselho de Defesa Sul Americano da UNASUL permite um espaço de diálogo entre os países, possibilitando a construção de agendas regionais em comum. Para tanto, o Uruguai também manifesta vontade de promover a paz e a cooperação da zona do Atlântico Sul, compreendendo o espaço situado entre a África e a América do Sul. (LIVRO BRANCO DA DEFESA DO URUGUAI, 2014: p.9-10). Outrossim, o Atlântico Sul ganha relevância no texto do Livro de defesa:

En el Atlántico Sur, es necesario que el País disponga de medios con capacidad de ejercer la vigilancia y control de las aguas jurisdiccionales uruguayas, así como mantener la seguridad de las líneas de comunicaciones marítimas, sin dejar de considerar los espacios fluviales y lacustres. (LIVRO BRANCO DE DEFESA DO URUGUAI, 2014: p.16).

Outrossim, o Uruguai considera suas linhas de saída marítima para o Atlântico Sul como fundamentais para o desenvolvimento, tendo em vista o comércio. Interessante notar que na parte dedicada para “El escenario futuro” o governo entende que “os recursos naturais e energéticos darão lugar a uma competição geopolítica entre estados, em grande parte, produto de um acentuado aumento da demanda, associado ao crescimento demográfico” (LIVRO BRANCO DA DEFESA DO URUGUAI, 2014: p.17).

A Força Armada do Uruguai, de acordo com as “Bases para una Política de Defensa Nacional” (1999), mantém relações estreitas com as Forças da Argentina, Brasil e Paraguai; em que realizam-se exercícios combinados de forma periódica, assim como o intercâmbio de informações entre os países sobre temas comuns

De acordo com Dhenin (apud SARTI et all, 2013: p.562), o Uruguai desenvolveu um papel de menor importância na dinâmica da segurança tanto no Cone Sul quanto no Atlântico Sul; ao contrário da Argentina e Brasil que se posicionaram mais ativamente nas regiões e seus

interesses. Apesar de o Uruguai possuir um baixo potencial de conflito com os seus vizinhos Brasil e Argentina, o país possui uma localização estratégica por pertencer ao Atlântico Sul e ter acesso a reservas de água e riquezas renováveis e não renováveis da plataforma oceânica. Assim, o Uruguai submete-se a tratados internacionais, fóruns e grupos de cooperação entre países para assegurar o seu acesso ao Atlântico Sul.

Em 2007, foi realizado em Montevideu o Segundo Encontro da ZOPACAS, iniciativa criada em 1986 com o objetivo de cooperação entre os 24 países. O interesse do Uruguai, principalmente nesse encontro, seria abordar questões relativas ao narcotráfico<sup>10</sup>, a luta contra o tráfico de armas e ao crime organizado; em que por muitas vezes a região do Atlântico Sul é utilizada para fazer este tipo de transporte.

O Uruguai, ao contrário do Brasil e da Argentina, possui interesses menores com relação ao Atlântico Sul, mas não insignificantes. O país tem interesses na região principalmente por conta dos recursos naturais e do petróleo, já que o Uruguai importa 16,42 barris de petróleo por dia, enquanto que exporta 4,65 barris/dia, em 2010. (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2010).

### 3) Cooperação e defesa do Atlântico Sul: as articulações conjuntas

Há uma necessidade de proteção do Atlântico Sul, não só pelo Brasil, mas também por outros países para que não haja no futuro intervenção de potências extrarregionais no Atlântico Sul, como já acontece

<sup>10</sup> Nota-se que tanto na Argentina como no Brasil não cabe as Forças Armadas a participação direta ao combate ao narcotráfico. No caso argentino, foi pleiteado recentemente uma mudança, mas o discurso majoritário se dá na questão da violência que isso alavancaria (LA CAPITAL, 2014).

principalmente na encosta africana. Como aponta Celso Amorim:

... essas ameaças existem e temos que enfrentá-las. Falando do Brasil e da Argentina, temos o Atlântico Sul, uma região que está sujeita, como outras, a esse tipo de coisas. (...) se queremos que o Atlântico Sul continue sendo uma área de paz, temos que estar presentes. Então, a ameaça da droga ou do terrorismo pode não ser um mal em si mesmo, senão também o remédio para esse mal, porque pode trazer uma presença que não desejamos ou porque pode trazer alianças militares que são estranhas à nossa região (BRASIL 247, 2014).

A integração sul-americana foi durante muitos anos um projeto, uma utopia que se fortalece ou enfraquece dependendo da situação no cenário internacional. Durante a primeira década do século XXI, novos governos do continente estimularam e fortaleceram projetos de integração na América do Sul. Outrossim, a crise de 2008 diminui a preocupação com a integração, devido a problemas internos de cada país, todavia os problemas estão sendo contornados e há um fortalecimento nas ações de integração regional (FIORI et all, 2012: p.30).

Durante a Guerra Fria dois principais eixos de segurança se formaram no Atlântico Sul. O primeiro foi o TIAR<sup>11</sup> que tinha caráter multilateral entre o EUA e os países latino americanos. Segundo Aquino (apud BROZOSKI, 2013, p. 69), o TIAR representava um instrumento para reforçar a hegemonia dos Estados Unidos no hemisfério. O segundo foi o Simonstown Agreement<sup>12</sup>,

<sup>11</sup> O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, assinado em 1947, não envolvia comandos militares combinados e não tinha uma planificação militar regional integrada, envolvia manobras comuns dos EUA a cada ano por meio das *United International Anti-Submarine Warfare Agreement (Unitas)*.

<sup>12</sup> O Simonstown Agreement foi um acordo assinado em 1955 entre a Grã-Bretanha e a África do Sul. O acordo foi favorável aos

que tinha o comando unificado com o South Atlantic Command, que era representado por uma autoridade britânica escolhida pela Royal Navy (PENHA, 2009). Nessa visão dividida nos eixos, o OTAS<sup>13</sup> poderia ser uma alternativa para a defesa de todo o território do Atlântico Sul. O governo brasileiro negou a proposta defendendo que haveria uma corrida armamentista na região, porém, havia a necessidade de garantir a segurança da região, assim foi pensado na década de 1980, na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) como contraproposta à OTAS (PEREIRA; BARBOSA, 2012: p.68).

Em 1986, durante a Assembleia Geral da ONU, foi criado ZOPACAS<sup>14</sup>, em que definiu o Atlântico Sul como zona de paz e cooperação (PEREIRA; BARBOSA, 2012), integrado pelos países da África e da América Latina, tem como principal objetivo a manutenção dessa região como zona desnuclearizada (COSTA, 2012). Entretanto, apesar de existirem muitos pontos convergentes entre os países da ZOPACAS ainda há assimetrias muito grandes entre os países do bloco. Por um lado isso permite um maior poder de barganha do Brasil, mas por outro prejudica a capacidade de criar mecanismos de segurança (PENNA FILHO, 2013).

---

interesses britânicos, já que permitia a Grã-Bretanha e seus aliados a utilizarem a base sul-africana em casos de guerra, mesmo que a África do Sul não estivesse envolvido. Esse acordo criou uma área estratégica em que a Marinha dos dois países iria operar sob a liderança da autoridade britânica da Marinha, e que a área em questão seria de responsabilidade direta da Marinha sul-africana. Uma vantagem desta última foi que esta recebeu equipamentos da Grã-Bretanha para a defesa da costa africana. (POTGIETER, 2000).

<sup>13</sup> Organização do Tratado do Atlântico Sul.

<sup>14</sup> Integram a iniciativa, além do Brasil, os demais países banhados pelo Atlântico Sul, desde os "vizinhos" sulamericanos (Argentina e Uruguai), quanto aos da África (África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Cameroun, Congo, Côte d'Ivoire, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo).

Em 2007 foi elaborado um Plano de Ação em que quatro grupos de trabalho norteariam a área de cooperação econômica, combate a atividades ilícitas, manutenção da paz e pesquisa científica. Entretanto a incapacidade dos países envolvidos em materializar a cooperação na região se torna um empecilho para afastar as potências extrarregionais cada vez mais atuantes (FIORI et al, 2012). Em 2013, durante a VII Reunião Ministerial da ZOPACAS, o ministro Celso Amorim propôs o compartilhamento da experiência brasileira em áreas como levantamento de plataformas continentais, a realização de operações de paz e vigilância marítima para corroborar na consolidação do foro (DEFESANET, 2013).

Porém, a ZOPACAS ao longo dos anos teve uma baixa efetividade, e não teve de fato envolvimento expressivos por parte dos países. Entretanto, como aponta Amorim (2013):

Portanto, apesar de sua baixa efetividade a ZOPACAS poderá ser importante para os países da região como um fórum multilateral para o encaminhamento de questões regionais com o mínimo de interferências de países externos ao Atlântico Sul, sobretudo em um cenário futuro em que os países desenvolvidos resolvam intervir militarmente visando garantir acesso a mercados, petróleo e recursos minerais. (AMORIM, 2013, p. 16).

O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da UNASUL, criado em 2008 é composto pelos ministros da Defesa (ou equivalentes) dos países-membros da UNASUL. Cabe aqui mencionar que a UNASUL tem como objetivo construir um espaço de articulação que visa auxiliar na constituição da paz e segurança, eliminando a desigualdade socioeconômica, alcançando a inclusão social, fortalecendo a democracia e reduzindo as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados (ITAMARATY, 2014; SARTI, 2011: p.24). Assim, o CDS visa estabelecer um comando único com a intenção de unificar as ações regionais em

matéria de defesa, buscando criar estratégias conjuntas efetivas para combater ameaças comuns (BROZOSKI, 2013: p.8). Objetiva realizar a troca de ideias entre os países sobre a modernização dos Ministérios da Defesa, o intercâmbio de experiências em operações de paz e elaboração de um protocolo de mecanismos de cooperação entre os Ministérios de Defesa (SARTI et al, 2013, p. 504). Ainda mais, Dregger (2009, p. 62) aponta que o CDS baseia-se em uma noção de segurança cooperativa, em que os países membros compartilham de normas e valores fundamentais para assegurar um convívio pacífico.

O Conselho de Defesa implantado em 2008 é chave para o redesenho de uma região soberana (...) A memória da participação dos Estados Unidos nas ditaduras do século XX e os eventos recentes como o golpe de Estado em Honduras, a presença da IV Frota nas águas do continente e os avanços militares norte-americanos na região, sob pretexto de combater o narcotráfico, são episódios que aguçam a necessidade de defesa da soberania do continente (SARTI, 2011: p.24).

Em relação aos gastos de defesa é importante reiterar que os governos brasileiro, argentino e uruguaio não investem muito em gastos militares. O Brasil gasta aproximadamente 1,3% do PIB, enquanto a Argentina gasta 0,7% e o Uruguai aparece com a maior quantia de 1,9%, em 2013 (THE WORLD BANK, 2013). Considerando o total regional, o Brasil foi o que mais investiu sendo 43,7%, a Argentina aparece com a participação de 8,3% e o Uruguai 1,3% (UNASUL, 2012). Assim o Brasil é o países que mais gasta, até mesmo devido ao seu porte e sua economia, é um país que investe pouco, quando observamos o PIB, em que o Brasil fica atrás do Chile, Colômbia, Guiana, Equador, Bolívia e do próprio Uruguai.

O Uruguai e o Brasil têm acordos em treinamentos militares e de educação com o objetivo de treinar e aperfeiçoar as formas militares uruguaias. A Marinha do Brasil vem desenvolvendo atividades militares de

cooperação com os países banhados pelo Atlântico Sul por meio de cursos, intercâmbios e exercícios navais. Um exemplo disso é o Atlasur<sup>15</sup>, um exercício militar realizado com Argentina, Uruguai e África do Sul nas águas do Atlântico Sul que tem como objetivo realizar exercícios de manobras táticas, operações aéreas, operações antissubmarino, e outros, na região do Atlântico Sul (FIORI et al, 2012).

Além de acordos voltados para a defesa, existem alguns projetos de defesa e conservação do meio ambiente como o caso da preservação de tartarugas marinhas ameaçadas de extinção, através da divulgação de informação científica, regulação pesqueira, conservação e reabilitação das tartarugas marinhas. Existe também a proposta conjunta dos três governos, que foi rejeitada, para a criação de um santuário de baleias no Atlântico Sul.

### Considerações Finais

Podemos observar que há uma articulação constante do Brasil, Argentina e Uruguai na defesa do Atlântico Sul, afinal a região está ganhando grande notoriedade no cenário internacional desde as importantes descobertas de pré-sal e de recursos naturais. O Brasil tem trabalhado na América do Sul, procurando fomentar uma agenda comum de segurança, para afastar a influência de potências extrarregionais em seu entorno estratégico. Para tanto, a expansão do Mercosul, a criação da UNASUL e o Conselho Sul-Americano de Defesa, permitem o esquecimento da ALCA e reduzem a importância do TIAR.

O Brasil, como potência regional, pode ter o papel de liderança na estratégia de defesa da região e na construção de um poder naval adequadamente aparelhado, com porta-aviões, navios-escolta e submarinos para afastar a

ação de potências extrarregionais. Afinal, o Brasil tem se projetado de forma mais ativa no cenário internacional e é visto como um ator fundamental no estabelecimento das relações de cooperação Sul-Sul e na mediação de conflitos. (OLIVEIRA, NETTO, 2014).

Cabe mencionar que as buscas de iniciativas conjuntas e a integração regional poderão permitir, a longo prazo, um maior aparelhamento e uma melhor articulação de defesa para o Atlântico Sul para afastar perigos futuros. Por isso, as iniciativas dos países tanto no CDS da UNASUL, como na articulação de foros multilaterais como ZOPACAS e ações conjuntas do Atlasur, são cruciais para a autonomia dos países banhados pelo Atlântico Sul. Todavia, ainda são pequenos os gastos militares do governo brasileiro e são insuficientes, pois ainda há a incapacidade de lidar com muitos problemas presentes na região.

Apesar da existência de alguns acordos e foros multilaterais, ainda existem problemas a serem enfrentados pelo Ministério da Defesa dos três países aqui apresentados, tendo em vista, como apresentam autores da geopolítica como LeBillon (2004) e Klare (2008a;2008b;2009), a busca por matérias-primas e recursos naturais. Assim, devido a expansão da influência chinesa na América do Sul, o poder dos EUA na região e a possível ação de potências extrarregionais no Atlântico Sul, torna-se necessário articulações conjuntas entre os países sul-americanos e também entre os países africanos para manutenção da paz e vigilância na região. Por isso é preciso o engajamento cada vez mais forte dos países sul-americanos para criar estruturas de fiscalização e de exploração de riquezas no Atlântico Sul, para, a longo prazo, se vislumbrar a real autonomia desta região.

<sup>15</sup> É um exercício combinado que é realizado a cada dois anos. O primeiro exercício foi em 1993, entre as forças Argentina Sul Africanas. Em 1995, o Brasil e o Uruguai passaram a realizar as operações.

## BIBLIOGRAFIA

ABDENUR, Adriana Erthal Abdenur; NETO, Danilo Marcondes de Souza. (2014). O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*. vol.57. no.1, Brasília.

AMORIM, Sérgio Gonçalves. (2013). "Perspectivas brasileiras na convergência entre o SISBIN e a ZOPACAS". *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v.2, n.4, jul-dez, pp. 11-31.

BASES PARA UMA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL. (1999) <http://www.oas.org/csh/spanish/doclibrdefUrug.asp>. Acesso em 28/10/2014.

BRASIL 247. (2014) "Amorim: Brasil começou a jogar nas grandes ligas". Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/136927/Amorim-%E2%80%99CBrazil-come%C3%A7ou-a-jogar-nas-grandes-ligas%E2%80%99D.htm>. Acesso em 24 de abril de 2014.

BROZOSKI, Fernanda Pacheco. (2013). "A revalorização geopolítica e geoeconômica do Atlântico Sul no sistema internacional". Rio de Janeiro. UFRJ.

BORGES, M. A. S. (2014). *Segurança energética no Mar da China: o caso das Ilhas Senkaku/Diaoyu*. *Revista de Geopolítica*, Natal, vol. 5, nº 1, pp. 15-30.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. (2010). Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/uy.html>. Acesso em 28/10/2014.

COSTA, Wanderlei Messias. (2012). "Projeção do Brasil no Atlântico Sul: Geopolítica". *Dossiê Desafios do Pré-Sal*. *Revista USP*, nº 95, São Paulo, Set/Out/Nov.

COUTO E SILVA, Golbery do. (1967). *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.

DEFESA NET. (2013). Amorim propõe ações para fortalecer cooperação em Defesa. <http://www.defesenet.com.br/geopolitica/noticia/9322/ZOPACAS---Amorim-propoe-acoas-para-fortalecer-cooperacao-em-Defesa/>. Acesso em 25/10/2014.

DREGGER, Fabrício Brugali. (2009). "Integração na América do Sul: a Unasul e o conselho de defesa sul-americano". Trabalho de conclusão de curso, UFRGS.

END (2008). *ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA DO BRASIL*. Ministério da Defesa. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/meso7/end.pdf>. Acesso em 18/11/2014.

FIORI, Jose Luis. (2013). "O Brasil e seu "entorno estratégico" na primeira década do século XXI." In: SADER, Emir (org). *Lula e Dilma: 10 anos de Governo*. São Paulo, Boitempo Editorial. pp31- 52.

FIORI, José Luís; PADULA, Raphael; VATER, Maria Claudia. (2012). "A projeção do Brasil na América do Sul e na África Subsaariana e o controle da bacia do Atlântico Sul". *Revista Parcerias Estratégicas, CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos*. Brasília, em preparação.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. (2013). *Complexo Regional de Segurança da América do Sul: Uma Nova Perspectiva*. Contexto Internacional (PUC). Vol. 35 no 1 – jan/jun.

IPEA. (2011). "Ponte sobre o Atlântico. Brasil e África Subsaariana: Parceria Sul-Sul para o Crescimento". Brasília. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_pontesobreatlanticopor.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_pontesobreatlanticopor.pdf) . Acesso em: 05 de abril de 2014.

ITAMARATY. (2014). <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul>. Acesso em 20/10/2014.

KLARE, MICHAEL (2009). *There will be blood: political violence, regional warfare and the risk of greta-power conflict over contested energy sources*. IN: LUFT, Gal; KORIN, Anne (eds.). *Energy Security challenges for the 21st century*. Santa Barbara: ABC-CLIO.

\_\_\_\_\_. (2008a) *A nova geopolítica da energia*. Carta Maior. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/A-nova-geopolitica-da-energia%od%oa/6/14206>.

\_\_\_\_\_. (2008b) *Rising powers, shrinking planet. The new geopolitics of energy*. Metropolitan Books.

LA CAPITAL. *Contrapunto polémico por el rol de las FFAA em la lucha contra el narcotráfico*. (2014). Disponível em: <http://www.lacapital.com.ar/politica/Contrapunto-polemico-por-el-rol-de-las-FFAA-en-la-lucha-contra-el-narcotrafico-20140118-0033.html>.

LE BILLON, PHILLIPE. (2004) *The geopolitical economy of "resources wars"*. *Geopolitics*, vol 9, issue 1. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14650040412331307812>.

LIVRO BRANCO DA DEFESA DA ARGENTINA. (2010). <http://www.oas.org/csh/portuguese/fdacslivros.asp>. Acesso em 25/10/2014.

LIVRO BRANCO DA DEFESA DO BRASIL. (2012). Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf> Acesso em: 28/10/2014

LIVRO BRANCO DA DEFESA DO URUGUAI. (2014) *Política de defensa nacional: un uruguay integrado a la region y abierto al mundo*. [http://www.infodefensa.com/archivo/files/140603\\_defensa\\_nacional\\_uruguay.pdf](http://www.infodefensa.com/archivo/files/140603_defensa_nacional_uruguay.pdf) Acesso em: 15/06/2015

MARES, Candida Cavanelas. (2006) *Divulgado Relatório do Pentágono sobre as capacidades militares da China*. *Cenários PUC Minas, Conjuntura Internacional*. Disponível em: [http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO\\_ARQ\\_NOTIC20060628o84457.pdf?PHPSESSID=48f5b9dbf7a66a481deb1db6c20e3081](http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20060628o84457.pdf?PHPSESSID=48f5b9dbf7a66a481deb1db6c20e3081).

MARINHA DO BRASIL. (1997). *Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira*. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/secirm/remplac.html> Acesso em:16/06/2014

\_\_\_\_\_. (1989) Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/secirm/leplac.html> Acesso em: 16/06/2014

\_\_\_\_\_. (1994b). Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/secirm/revizee.html> Acesso em: 16/06/2014

\_\_\_\_\_. (1982) PROANTAR. Programa . Disponível em: <https://www.mar.mil.br/secirm/portugues/proantar.html> Acesso em: 10/09/2014

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. (1999) *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec/ Edusp.

MINCYT. Ministério de Ciência e Tecnología e Innovacion Productiva (2014) *Pampa Azul*. Disponível em: <http://www.mincyt.gob.ar/accion/pampa-azul-9926> Acesso em: 20/06/2014

OLIVEIRA, Alana Camoça G.; NETTO, Gabriela Figueiredo. (2014). "África no horizonte do Brasil: o estreitamento de laços Brasil-África para a defesa do Atlântico Sul". In: *Segundo Seminário de Relações Internacionais: graduação e pós-graduação. Os BRICS e as transformações da ordem global*. João Pessoa.

PENNA FILHO, Pio. (2013). "Reflexões sobre o Brasil e os desafios do Atlântico Sul no início do século XXI". *Secretaria de Assuntos Estratégicos. Brasília*.

PENHA, Eli Alves. (2009). "A fronteira marítima brasileira e a geoestratégica Sul-Atlântica. Geoestratégia Sul-Atlântico". In: *VII ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA*, Montevideu. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Geografiahistoricaehistoriadelageografia/01.pdf> Acessado em: 14 de março de 2014.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; BARBOSA, Luísa Calvete Portela. (2012). "O Atlântico Sul no contexto das relações Brasil-África". *SÉCULO XXI*, vol. 3, nº1, Jan-Jun, Porto Alegre.

PND. (2005). *Política de Defesa Nacional. Decreto nº 5.484, 30 jun. 2005, aprova a Política de Defesa Nacional. Presidência da República*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm) Acesso em: 27/06/2014.

POTGIETER, T. D. (2000). *Maitime defence and the South African Navy to the cancellation of the Simon's Town Agreement*. *Scientia Militaria, South African Journal of Military Studies*, vol 30, nº 2. Disponível em: <http://scientiamilitaria.journals.ac.za>

SARTI, Ingrid. (2011). *A projeção do Brasil como ator global e a integração sul-americana*, In: Caetano, Gerardo (coord.). *Mercosur 20 anos*. Montevideo. CEFIR.

SARTI, Ingrid; PERROTTA, Daniela; LESSA, Mônica Leite, CARVALHO, Glauber Cardoso. (2013). *Por uma integração ampliada da América do Sul no século XXI. XIII Congresso Internacional FOMERCO, Uruguai*, vol. 1.

THE WORLD BANK. *Military expenditure*. (2013). <http://data.worldbank.org/indicador/MS.MIL.XPND.GD.ZS>. Acesso em 27/10/2014.

UNASUL. (2012). Gastos de defesa. Disponível em:  
[http://www.ideamerica.com/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=175&Itemid=8&lang=en](http://www.ideamerica.com/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=175&Itemid=8&lang=en) Acesso em  
26/10/2014.

VAZ, Alcides Costa. (2011). "O atlântico sul nas perspectivas estratégicas de Brasil, Argentina e África do Sul" In: Boletim de  
Economia e Política Internacional. IPEA. Número 6. Junho.

VIII PLANO SETORIAL PARA OS RECURSOS DO MAR. (2012). Disponível em:  
<http://agenciacosteira.org.br/forumdomar/publicacoes.php?cd=1>. Acesso em 16/11/2014.